



I Conferência Internacional

ANTIFASCISTA PELA SOBERANIA DOS POVOS

Porto Alegre | 26 a 29 de março de 2026

**O PT e o
antifascismo**

EDINHO SILVA

**A luta antifascista
no século XXI:
democracia,
soberania e
nova ordem
internacional**

HUMBERTO COSTA

**O enfrentamento
ao neofascismo
no Brasil**

MONICA VALENTE

**Antifascismo &
socialismo**

VALTER POMAR



I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

EDITORIAL

Esta publicação é integralmente dedicada à 1ª Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, que vai ocorrer de 26 a 29 de março de 2026, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, e foi produzida pelo Núcleo de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo (FPA) como parte das iniciativas mantidas com a Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores.

Em contribuição ao debate proposto por essa conferência, apresentamos a seguir artigos de Edinho Silva, presidente na-

cional do PT; Humberto Costa, titular da Secretaria de Relações Internacionais do PT; Monica Valente, secretária executiva do Foro de São Paulo; e Valter Pomar, diretor de Cooperação Internacional da FPA.

Esperamos que os lutadores antifascistas de todo o mundo se sintam em casa em Porto Alegre, mais uma vez centro de iniciativas que mostram que o Norte está no Sul.

Boa leitura!

MISIARA OLIVEIRA

Secretária adjunta de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores

Participe!

Além das conferências principais (veja na página seguinte), o encontro também contará com espaço para atividades autogestionadas, permitindo que militantes, movimentos sociais, coletivos, organizações e participantes em geral realizem suas próprias atividades, discussões, oficinas, lançamentos, rodas de conversa ou experiências formativas. Acompanhe a programação completa das atividades autogestionadas aqui: <https://antifas2026.org/programacao/>

Comitê Antifascista Pela Soberania dos Povos (Brasil)

Partido dos Trabalhadores (PT)
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Centro de Professores do Estado do RS (CPERS)
Sindicato Intermunicipal dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior do RS (ADUFRGS)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Fundação Lauro Campos e Marielle Franco
Fundação Perseu Abramo
Fundação Maurício Grabois-RS (FMG-RS)
Central Única dos Trabalhadores (CUT/RS)
Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Força Sindical
Intersindical – Central da Classe Trabalhadora
Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)
Federação Nacional de Metalúrgicos e metalúrgicas do Brasil (FIT-METAL)
Comitê Brasileiro do Fórum Social Mundial
Fórum Mundial de Saúde e Seguridade Social (FSMSSS)
Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL)
Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)
Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção do Rio Grande do Sul (IAB-RS)
Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (SOCECON-RS)
Fundação Maurício Grabois – Seção Rio Grande do Sul (FMG-RS)
Instituto Novos Paradigmas (INP)
Instituto e Se Fosse Você
União Internacional de Sindicatos do Metal e Mineração (UIS-MM)
Internacional da Educação da América Latina
Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)
Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)
União Nacional por Moradia Popular (UNMP)
Federação Gaúcha das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias (FEGAMEC)
Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (CEBRAPAZ)
União Brasileira de Mulheres (UBM)
Coletivo Nacional de Mulheres pelo Direito à Cidade
Marcha Mundial de Mulheres
União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRIO)
Associação de Ex-Prisões e Perseguidos Políticos do RS (AEPPIP-RS)

Associação dos Escultores do Estado do Rio Grande do Sul (AEERGS)
Mães e Pais pela Democracia
Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJIC)
Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA SINDICAL
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)
Sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual do Rio Grande do Sul (AFOCEFE)
Federação dos Empregados no Comércio do Rio Grande do Sul (FECOSUL)
União Nacional de Estudantes (UNE)
União Estadual de Estudantes (UEE)
Diretório Central de Estudantes da UFRGS (DCE-UFRGS)
Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (DCE-UFCSPA)
Diretório Central de Estudantes da UNISINOS (DCE-UNISINOS)
Diretório Central de Estudantes da UPF (DCE-UPF)
Diretório Central de Estudantes da UCS (DCE-UCS)
Diretório Central de Estudantes do Centro Universitário La Salle (DCE La Salle)
Diretório Central de Estudantes do Centro Universitário Ritter dos Reis (DCE UniRitter)
Diretório Central de Estudantes da Faculdade de Desenvolvimento do RGS (DCE FADERGS)
União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES)
União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES)
União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA)
União da Juventude Socialista (UJS)
Juventude Pátria Livre (JPL)
Juventude do Partido dos Trabalhadores
Juventude Ocupa Socialismo
Coletivo Alicerce
Associação Cultural José Martí do Rio Grande do Sul (ACIM-RS)
Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região
Sindicato dos Metroviários (SINDIMETRO)
Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul e Região
Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (STIMEPA)
Sindicato dos Municipais de Porto Alegre (SIMPA)
Sindicato dos Empregados em Empresas de Telemarketing e Rádio Chamadas do Estado do RGS (SINTRATEL-RS)
Sindicato dos Economistas do Estado do Rio Grande do Sul (SINDECON-RS)
SindiSaúde do Vale dos Sinos
Associação Gaúcha dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul
Associação Gaúcha dos Trabalhadores da Saúde (AGTS-RS)

Associação dos Servidores da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSUFRGS- Sindicato)
Associação dos Servidores do HPS (ASHPS)
Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição (ASERGHIC)
Associação das Servidoras e Servidores do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (ASSERPV)
Associação das Mulheres dos Correios
Movimento Mais SUS Mais Brasil
Movimento Juntos!
Juntas – Movimento de Mulheres
Rede Emancipa
Policiais Antirracistas
Universidade Livre e Popular Teko Porã
Rede Jubileu Sul Brasil
Fórum Sindical e Popular
CAMP Escola do Bem Viver
Instituto de Direitos Humanos – IdHES
Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul – (Sindisaúde/RS)
Comitê Em Defesa da Democracia E do Estado Democrático de Direito
Movimento dos Trabalhadores por Direitos – MTD
Multiplicidade
Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul (Sindijus)
St. Pauli Porto Alegre
Associação de solidariedade e pela Autodeterminação do Povo Saaraui/ASAARAUI
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
Movimento de Justiça e Direitos Humanos
Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEPE/RJ
DCE UFF – Fernando Santa Cruz
Internacional Antifascista Capítulo Brasil
Instituto Brasil-Palestina (IBRASPAL)
Partido Socialista Brasileiro (PSB)
Sindicato dos Petroleiros do RS (SINDIPETRO-RS)
Federação das Fundações e Associações do RS (FUNDARS)
Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)
Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul – SATED/RS
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)

INTERNACIONAL

Publicação do Núcleo de Relações Internacionais da
Fundação Perseu Abramo
Organizador: Valter Pomar
Revisão: Rita Camacho
Projeto Gráfico e diagramação: Emilio Font / ELAHP


FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores
Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Rua Francisco Cruz, 234, São Paulo, SP, Brazil, 04117-091 | www.fpabramo.org.br | www.youtube.com/@FundacaoPerseuAbramo
| www.facebook.com/fundacao.perseuabramo | www.instagram.com/fpabramo/

Diretoria: Presidente (interino): Brenno César Gomes de Almeida; **Vice-presidente:** Brenno César Gomes de Almeida; **Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol; **Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar. **Conselho editorial:** Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Lincoln Secco, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério. **Coordenador editorial:** Rogério Chaves. **Assistente editorial:** Raquel Costa

I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA



Programação

• Quinta-feira, 26 de março

Local: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Praça Marechal Deodoro, 101. Centro Histórico Sala Plenarinho, 3º andar. Capacidade: 100 lugares.

Fórum de Autoridades Antifascistas.

14h	Abertura do Fórum de Autoridades Antifascistas. Boas-vindas da Fundação Rosa Luxemburgo.
14h30	Mesa de parlamentares: "Papel e limites da ação institucional na luta democrática".
16h	Mesa de governos: "Experiências de aprofundamento da democracia em governos populares".
17h30	Encerramento. Local: Largo Glênio Peres (em frente ao Mercado Público)
18h	Marcha de Abertura da 1ª Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos

• Sexta-feira, 27 de março

Local: UFCSPA (R. Sarmiento Leite, 245, Centro Histórico, Porto Alegre). Auditório Jorge E P Lima (Salão Nobre). Capacidade: 650 lugares.

8h	Café da manhã na UFCSPA. Boas-vindas da Fundação Rosa Luxemburgo.
9h	1ª Conferência: A Ofensiva da Extrema-Direita no Mundo: Causas, Consequências e Desafios.
11h	2ª Conferência: A luta contra o fascismo ultra neoliberal de Milei.
14h	3ª Conferência: O Enfrentamento dos Trabalhadores ao Neoliberalismo e ao Fascismo.
16h30	4ª Conferência: O Brasil sob a Ameaça da Ultradireita e do Imperialismo.
19h	5ª Conferência: A Solidariedade entre os Povos e a Luta Anti-imperialista.

• Sábado, 28 de março

Local: UFRGS, avenida Paulo Gama, 110, Farroupilha, Porto Alegre. Salão de Atos da Reitoria. Capacidade: 1.170 lugares.

9h às 13h	Atividades autogestionadas.
14h	6ª Conferência: A Resistência Palestina ao Genocídio e à Opressão do Estado de Israel.
16h30	7ª Conferência: O Combate ao Fascismo nas Américas.
19h	8ª Conferência: A Luta Contra o Negacionismo Climático e Pela Reforma Agrária no Contexto da Crise Ambiental.

• Domingo, 29 de março

Local: UFRGS, avenida Paulo Gama, 110, Farroupilha, Porto Alegre. Salão de Atos da Reitoria. Capacidade: 1.170 lugares.

9h	9ª Conferência: Antirracismo, Feminismo e Direitos Civis na Luta contra o Fascismo.
11h30	10ª Conferência: Educação, Ciência e Tecnologia para Soberania dos Povos.
14h30	11ª Conferência: Resistências, Articulações e Alternativas Democráticas.
16h30	Assembleia Geral e Aprovação da Carta de Porto Alegre.
18h	Encerramento.

** Quando estávamos preparando a edição, a programação da Conferência Antifascista ainda estava sendo finalizada. Sendo uma construção plural e coletiva, poderia sofrer ainda alguma adequação proposta pelos Comitês Local e Internacional.*



I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

O PT e o antifascismo

Bruno Peres/Agência Brasil**EDINHO SILVA**

Presidente nacional do PT

O combate à ascensão do fascismo a partir da segunda década do século XXI é o maior desafio das forças democráticas, progressistas e de esquerda no mundo. No Partido dos Trabalhadores (PT), nós não temos dúvidas que é a nossa grande missão como o maior partido de esquerda da América Latina. Trata-se da principal luta do nosso tempo, especialmente no ano em que o presidente Lula disputará a reeleição. As eleições de 2026 devem ser um recado do Brasil ao mundo de caráter humanitário e de consolidação das forças democráticas.

O país viveu de perto a ascensão

fascista de 2019 a 2022. Nesse período, vivemos o desmonte das políticas públicas, a diminuição do papel do Estado, que foi entregue aos interesses de poucos. Inclusive colocando em xeque a saúde pública em uma época de pandemia. O sistema financeiro, por sua vez, ao longo do último governo, conquistou permissividades que levaram ao maior escândalo financeiro da história do país, o caso do Banco Master.

Ao eleger o presidente Lula em 2022, conseguimos frear a destruição das instituições. Sofremos uma tentativa de quebra da ordem democrática em 8 de janeiro de 2023, mas impusemos a derrota da tentativa de golpe de Estado e do plano de assassinato do presidente e vice-presidente da República com base

na confiança da separação entre os Poderes e no fortalecimento das forças democráticas.

Ao mesmo tempo, foi iniciado um processo de reconstrução que recolocou o país no rumo certo. Foi preciso refazer os programas sociais, como o Bolsa Família, para que os brasileiros voltassem a ter direitos básicos e saíssem do retrocesso.

Em 2014, 12 anos após o presidente Lula ter sido eleito pela primeira vez com a missão de tirar o Brasil do Mapa da Fome, nosso país saiu pela primeira vez dessa estatística desastrosa.

Em 2021, durante o desgoverno de Bolsonaro, enfrentamos o trágico retorno da fome ao Brasil. Em apenas dois anos do terceiro governo Lula, o país

I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

voltou a sair do Mapa da Fome, devolvendo a dignidade para o povo brasileiro.

Criamos mais políticas, como o Pé-de-Meia, para recolocar a educação como primordial para o desenvolvimento do país e evitar a evasão escolar, que perpetua ciclos de falta de oportunidades.

Apesar dos avanços, as ameaças do fascismo perduram no Brasil e no mundo. Movimentos de extrema-direita estão organizados nacionalmente e internacionalmente, e contam com massivo financiamento e a convivência da falta de transparência dos algoritmos das *big techs*.

Não há como enfrentar os grandes temas da sociedade atual se não combatemos as forças racistas, xenófobas, homofóbicas, antidemocráticas e autoritárias que emergem nessa nova etapa de reorganização dos fascistas que atraem todas as classes sociais com discursos criminosos e negacionistas.

É possível traçar semelhanças da ascensão do novo fascismo com a primeira fase do movimento que desencadeou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entretanto, é preciso também entender as diferenças para que possamos traçar estratégias de como combatê-lo diante das novas formas de organização das corporações, as redes de comunicação em massa digitais e a crise dos organismos multilaterais.

Assim como na primeira fase do fascismo, o mundo vive uma crise econômica de longa duração. No período anterior, um ciclo de ampliação de mercados, superprodução e expansão desregulada da especulação, em especial, nos Estados Unidos – que passava a assumir protagonismo econômico mundial – provocou a crise de 1929. Esse contexto implicou em um agravamento nas condições de vida no mundo todo. Em

especial na Europa, polo econômico e industrial do “Velho Mundo”, a crise levou ao crescimento vertiginoso do desemprego, ao empobrecimento da população e à falência de empresas. A Alemanha foi um dos exemplos mais graves de crise econômica diante das já impostas derrotas após a Primeira Guerra (1914 - 1918) e ainda a falência da República de Weimar na década de 20.

A deterioração da qualidade de vida da população, o mal-estar, o desemprego e o sentimento de humilhação do pós-Primeira Guerra criaram um ambiente fértil para o fortalecimento do Partido Nazista com base na ideia xenofóbica e criminosa de que o país estaria em crise devido aos financistas judeus, aos negros, aos imigrantes, à população LGBT.

Os nazistas exploraram um sentimento antissemita já existente em uma população que buscava soluções simples para problemas complexos, como assegurar amplamente direitos básicos e dignidade. Emergiu, deste contexto, um estado ultranacionalista, autoritário, antidemocrático e fascista. Conhecemos o resto da história com a perseguição aos judeus e a minorias, como os ciganos. O Holocausto gerou uma das páginas mais terríveis da história mundial.

Analogamente, se deu na Itália fascista de Mussolini; em Portugal, sob Salazar; e, na Espanha, sob Franco.

Agora, também vivemos uma crise longa do capitalismo. Talvez, a mais longa da história do sistema.

A crise de 2008 também foi desencadeada por um ciclo de exacerbação da liberalização financeira, e a insustentabilidade de um regime financeiro baseado no superendividamento – em especial, das famílias. Aqui também se caracteriza uma estrutural de superprodução e de baixo consumo.

A reorientação da política econômica dominante a partir da década de 1980, com o choque do petróleo e o fim da União Soviética, foi pautada pela perda de protagonismo da política fiscal e predominância da política monetária. Essa mudança marca o fim do período de “capitalismo domesticado”, da construção dos Estados de Bem-Estar Social em países europeus, que eram viabilizados economicamente por instrumentos de valorização do trabalho e ampliação de mercados, e politicamente imposto pela concorrência com as experiências de socialismo real.

O retorno do liberalismo econômico, sob o neoliberalismo, passou a ser pautado pela redução do papel do Estado em proteger empregos para ampliar seu papel em proteger empresas. A orientação passa a ser pelo desmonte dos sistemas de proteção social, desregulação de mercados – em especial, o mercado de trabalho – redução de tarifas e impostos – fomentando o crescimento de paraísos fiscais, e redução das taxas de juros para estimular o crescimento via endividamento. Defende-se um Estado mínimo para garantia de direitos; mas que se apresenta como máximo para a manutenção de privilégios.

Quando este sistema entra em crise, em 2008, a partir da bolha imobiliária do *subprime* nos Estados Unidos, instituições financeiras entram em colapso, o desemprego explode, e a pobreza cresce. Diante de um contexto econômico de alta integração e de flexibilização financeira no mundo todo, a crise rapidamente toma proporções globais.

Para estancar o colapso do sistema financeiro, como resposta, tivemos novamente o Estado socorrendo essas instituições, as nações se endividando para salvar o sistema financeiro. Como resposta ao aumento do endividamento, a austeridade é apresentada como necessidade política, motivando o cres-



I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

cimento do desemprego, o crescimento das desigualdades e o achatamento da classe média. Ou seja, prioriza-se o papel do Estado em salvar as instituições financeiras em detrimento da preservação de empregos e direitos, reduzindo a democratização das decisões econômicas do Estado.

A resposta estatal à proteção do sistema financeiro é uma etapa da estruturação de um novo estado nacional. A promessa de que a desregulamentação da economia, a abertura de mercados e a redução do Estado traria benefício para todos entra em crise. Os Estados passam novamente a ser interventores da economia para salvar bancos.

Em que pese a importância inegável da atuação estatal para evitar grandes crises, a própria desregulação e desproteção aumentam a proporção dessas crises. Ao mesmo tempo em que, com a necessidade de manter o papel hegemônico do dólar – e os Estados Unidos como seu soberano emissor –, não foram feitas grandes reformas no sistema financeiro mundial.

Apesar de muitos países terem nacionalizado bancos e socorrido o sistema financeiro, não houve mudança na orientação da política econômica: diante do endividamento público, do desemprego e da miséria, foram adotadas novas reformas neoliberais, que tiraram direitos dos trabalhadores e direitos previdenciários.

Nesse contexto de flexibilização, somado à evolução tecnológica, aumentou-se a precarização do mercado de trabalho, apostando-se que contratos com menos direitos, que reduzissem custos, induziriam o emprego. A liberalização financeira e trabalhista aumentou a concentração de renda e a instabilidade, em especial de economias periféricas. Do ponto de vista macroeconômico, pouco foi capaz de gerar crescimento através de um sistema de

empobrecimento dos trabalhadores e enriquecimento de bilionários.

O Relatório Sobre Desigualdade Mundial, da ONU, aponta que os 10% mais ricos do planeta detêm três quartos da riqueza mundial. Mais da metade da população global têm apenas 2%.

O documento mostra ainda que, desde a década de 1990, a riqueza dos super-ricos cresce 8% ao ano, quase o dobro da metade mais pobre da população, ou seja, de cerca de 4 bilhões de pessoas.

Durante a pandemia da Covid-19, ficou evidente que o desmonte do Estado levou à desproteção social, e motivou governos, políticos e acadêmicos a voltarem a debater o papel do Estado na geração de empregos e proteção social. Em especial, as políticas públicas de saúde e assistência social.

A incapacidade do neoliberalismo de garantir um patamar mínimo de dignidade de vida para a maioria da população, o crescimento da pobreza e o acirramento da concentração da renda fizeram retornar um discurso xenofóbico. A busca por culpados pela deterioração da qualidade de vida fez emergir novamente uma concepção de Estado ultranacionalista.

Os imigrantes passam a ser o alvo principal das perseguições de líderes autoritários em ascensão. Até mesmo as instituições construídas para garantir a paz – com todas as suas contradições e reflexões de um sistema mundial de poder concentrado em poucos países – são corroídas. Os cinco países dentro do restrito e excludente Conselho de Segurança da ONU hoje estão envolvidos em guerras.

Os fascistas do século XXI se aproveitam do mal-estar da população que, após 2008, tem dificuldade de manter o padrão de consumo, como a casa própria, e que viu o poder de compra diminuir, para acabar com a possi-

bilidade do fim das barreiras migratórias e da integração dos povos, uma das promessas da globalização.

Apesar das constantes estatísticas que mostravam que imigrantes são mão de obra para diversos empregos que, por exemplo, europeus não queriam ocupar, os novos fascistas culpam os imigrantes pelo desemprego, pela falta de assistência social, pelo aumento dos preços e ainda pelo aumento da violência.

Os neofascistas apostam no nacionalismo econômico, com a proteção dos empregos para os nativos e o controle militarizado de fronteiras, e atacam as elites, como técnicos do poder e da política, se colocando como uma força antissistema.

A crise econômica agrava a crise de representação das forças tradicionais políticas. Por anos, a população vai às urnas para eleger representantes de diferentes correntes políticas e as promessas de uma melhora na qualidade de vida ficam estagnadas ou pioram. A sensação de melhora da vida é demasiadamente lenta frente aos grandes desafios impostos pela pobreza e, sobretudo, pela brutal desigualdade.

Como produto dessa crise, há uma sensação de que a democracia representativa não funciona. Assim, os eleitos trabalham para si e para uma elite e tomam as decisões para benefícios próprios e não servem ao povo nem resolvem os problemas da população, ao contrário, tentam oprimir.

O antissistema, nessa visão, atinge os mecanismos de controle multilaterais, considerados parte de uma elite global.

Os líderes autoritários se alimentam desse sentimento antissistema e usam autodeterminação e xenofobia como a resposta simples para os problemas estruturais da população. Sem atacar as verdadeiras razões da crise, criam inimigos internos.

I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

A xenofobia leva ao radicalismo e ao aumento da insegurança. Como resposta, os governos de inspiração fascista criam exércitos de combate a esses “inimigos externos que já estão dentro do país”. Um exemplo claro é a política de terror e paramilitar implementada por Donald Trump com o ICE (sigla em inglês para Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos). A imposição da força pela força.

Para potencializar esse discurso, estão no caminho as *big techs*. Essas empresas surgiram no contexto da hiperconectividade e com a promessa de disseminação de conteúdo gratuito a partir do indivíduo como plataforma. As revoluções tecnológicas são partes fundamentais do desenvolvimento produtivo e social. Trazem novos serviços, facilitam a comunicação e o acesso à informação, e, se bem instrumentalizadas, podem ampliar oportunidades de empregos de melhor qualidade. Combinadas com sistemas de proteção social, podem até mesmo possibilitar a redução de jornadas de trabalho e melhor qualidade de vida.

Contudo, o ambiente econômico e institucional desregulado permitiu que essas empresas crescessem em um padrão de monopolização da informação e dos meios de comunicação. Através de benefícios governamentais, falta de regulamentação e transparência sobre os algoritmos, as redes sociais e, mais recentemente, a Inteligência Artificial, se tornaram as empresas mais ricas do mundo e detentoras de mecanismos de tecnologia capazes de transformar realidades, manipular e alterar significativamente o mundo do trabalho.

As plataformas digitais nas mãos de poucos empresários passaram a se aliar a governos fascistas, como o de Trump, nos Estados Unidos, e cresceram e expandiram os canais da extrema-direita no ambiente *on-line*, e, consequente-

mente, do fascismo.

Estamos vivenciando isso no Brasil. Donos de *big techs*, como Elon Musk, desafiaram a soberania brasileira buscando desrespeitar decisões judiciais. Empresas sequer queriam ter representações dentro do território nacional, onde pudessem ser intimadas, fiscalizadas ou questionadas.

Desde o início do governo Lula, a base governista tentou aprovar um projeto que traga responsabilização para as práticas criminosas. Conseguimos aprovar a regulamentação dessas empresas no caso de crimes contra crianças e adolescentes. E precisamos avançar mais na transparência e controle dos algoritmos e na disseminação de *fake news* e desinformação.

Se nos últimos quatro anos demos exemplos de combate à ascensão autoritária nos julgamentos dos atos antidemocráticos, na resiliência das nossas instituições diante da ameaça de *big techs* estrangeiras e na coragem do presidente Lula de defender o país e a independência e fortalecimento das instituições, 2026 é um ano em que o Brasil poderá servir de contrapeso ao mundo diante do avanço da extrema-direita de inspiração fascista. O PT defende que o combate ao fascismo começa pela defesa firme da democracia e das instituições, o que não nos impede de exigir reformas no atual modelo de Estado no país.

A história do PT está intimamente ligada à história da democracia no Brasil. Foi da luta pela democracia nos anos 1980 que surgiu o PT, e foi só através da retomada da democracia que foi possível que o Brasil elegeu pela primeira vez um operário presidente da República e uma mulher presa e torturada pela ditadura presidenta da República. Foi só porque o PT existia que os trabalhadores passaram a ter sua própria voz representada no Congresso Nacional. O

PT mudou a cara da política brasileira.

Os governos petistas mudaram os agentes sociais do Brasil através da promoção da ampla cidadania, garantindo o direito à participação política direta, o direito à renda e ao trabalho, o direito à educação – das creches às universidades – para os filhos da classe trabalhadora. A educação, o trabalho, e o tempo são direitos fundamentais para a emancipação da classe trabalhadora. Por isso, a luta pelo fim da escala 6x1 é não só uma luta por direitos trabalhistas, por justiça social e pelo combate a privilégios. É também uma luta pela radicalização da democracia.

Para aprofundar a democracia no Brasil e barrar o avanço da extrema-direita, a reeleição do presidente Lula é fundamental. Para isso, precisamos cada vez mais da união das forças democráticas e progressistas.

Precisamos consolidar no campo democrático uma ampla aliança não só para disputar as eleições, mas também para construir um projeto de futuro para o Brasil. A unidade no campo democrático, diante do avanço da extrema-direita, é fundamental para defender a soberania nacional, a democracia, fortalecer as instituições e enfrentar as desigualdades históricas do Brasil.

E, sobretudo, o PT entende que o fascismo se derrota com política pública e com melhoria real na vida do povo. Quando há emprego, renda, comida no prato, direitos garantidos e esperança no futuro, o discurso do medo, da intolerância e do autoritarismo perde espaço na sociedade. É com justiça social e democracia que se constrói um país mais forte e mais justo.



I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

A luta antifascista no século XXI: democracia, soberania e nova ordem internacional

HUMBERTO COSTA

Senador (PT-PE) e 2º vice-presidente do Senado
Vice-presidente do Parlamento
do Mercosul (Parlasul)
Secretário de Relações Internacionais do PT

A **I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos** ocorre em um momento histórico particularmente desafiador. Em diversas regiões do mundo, observamos o avanço de forças autoritárias que ameaçam a democracia e os direitos sociais. Esse fenômeno não pode ser compreendido apenas como a ascensão episódica de governos conservadores. Trata-se de um processo mais profundo de radicalização política e de reorganização internacional da extrema-direita.

Nesse contexto, torna-se fundamental recuperar e atualizar a luta antifascista como parte de um projeto político mais amplo de defesa da democracia, da soberania dos povos e da ordem internacional multipolar.

O fascismo como fenômeno histórico

Uma das dificuldades do debate contemporâneo reside justamente em nomear determinados fenômenos políticos como fascismo. Muitas análises procuram identificar

um conjunto rígido de características históricas — como o Estado totalitário, o culto ao líder ou o militarismo — e, ao não as encontrar, concluem que o fascismo não estaria presente em nosso tempo. Essa abordagem é limitada, pois tende a tratar o fascismo como um evento encerrado no passado, em vez de compreendê-lo como um processo político que pode assumir diferentes formas ao longo da história.

O fascismo não deve ser entendido

apenas como um regime específico localizado na Europa dos anos 1930, mas como uma forma particular de organização da violência política e social. Ele se manifesta quando processos políticos passam a naturalizar níveis extremos de violência, desumanizando determinados grupos sociais e legitimando práticas autoritárias em nome da ordem, da segurança ou de projetos de grandeza nacional.

Hoje observamos sinais preocupantes desse processo em diferentes regiões do mundo: a banalização de discursos de ódio, o avanço de projetos políticos que estimulam a polarização social extrema, e, o mais alarmante, a apatia e a inação diante de guerras, massacres e genocídios. Esses elementos revelam um ambiente internacional em que o multilateralismo, isto é, a ordem global baseada em normas, perde espaço para práticas autoritárias de uns sobre os outros.

A experiência histórica da América Latina

Embora tenha se consolidado inicialmente na Europa do século XX, o fascismo teve expressões que marcaram a América Latina ao longo da segunda metade do século passado. As ditaduras militares que dominaram grande parte da região entre as déca-



Céfiro Conway

I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

das de 1960 e 1980 — em países como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, entre outros — combinaram autoritarismo político e violência sistemática a opositores.

Esses regimes não foram fenômenos isolados. Em muitos casos, estiveram articulados a estratégias geopolíticas mais amplas durante a Guerra Fria, contando com apoio político, financeiro e militar de potências estrangeiras e de elites econômicas locais. Iniciativas como a Operação Condor — rede de coordenação repressiva entre ditaduras do Cone Sul com apoio e cooperação dos Estados Unidos — ilustram o grau de articulação transnacional desses regimes. O resultado foi um ciclo prolongado de repressão política, violação de direitos humanos e destruição de instituições democráticas.

No Brasil, a ditadura militar teve início em 1964 e durou 21 anos, marcando profundamente a história política do país. Foi um período de suspensão de direitos políticos, censura nos meios de comunicação e perseguição a opositores, utilizando a violência de maneira institucionalizada por meio do DOI-CODI e do aparato de segurança nacional, como forma de reprimir as forças populares que se organizavam em torno de sindicatos, movimentos estudantis e organizações políticas.

Mas se, por um lado, a instauração de regimes autoritários busca eliminar ou silenciar as forças opositoras, por outro, a história demonstra que esses processos também costumam provocar movimentos de resistência e reorganização política. Diante da repressão e do desmonte da democracia, setores progressistas tendem a se recompor, atualizar suas estratégias e criar instrumentos de luta política. Foi assim em diferentes momentos do século XX: tanto na Europa quanto na América Latina, a experiência do autoritarismo impulsionou a formação de frentes democráticas, parti-

dos e movimentos sociais comprometidos com a defesa das liberdades políticas e com a reconstrução das instituições democráticas.

Foi nesse contexto que nasceu, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT). O Partido surgiu como expressão das lutas populares por democracia, justiça social e soberania nacional, reunindo trabalhadores, intelectuais, movimentos sociais e setores progressistas da sociedade brasileira. O Partido teve papel ativo na mobilização pelas Diretas Já e na reconstrução democrática do país. Esse processo culminou na Constituição de 1988, marco fundamental da redemocratização brasileira. A bancada do PT, um partido de massas, foi representada na Assembleia Constituinte por 16 parlamentares, tendo papel decisivo na ampliação da participação popular e na incorporação de direitos sociais e democráticos à nova ordem constitucional.

Entre outras iniciativas, o Partido contribuiu para a abertura do processo constituinte às emendas populares, possibilitando que milhões de brasileiros participassem diretamente da elaboração da Constituição. O resultado foi um dos textos constitucionais mais avançados do mundo em termos de direitos sociais, democracia participativa e compromisso com a justiça social.

Já no século XXI, a América Latina segue sendo um dos principais territórios dessa disputa histórica entre forças fascistas e democráticas. A região vive ciclos de avanços e retrocessos políticos marcados pela tensão entre projetos de transformação social e ofensivas conservadoras. Golpes institucionais, processos de *lawfare*, campanhas de desinformação e tentativas de desestabilização política tornaram-se instrumentos recorrentes utilizados contra governos progressistas.

Apesar dessas dificuldades, a região também demonstra uma extraordinária capacidade de resistência democrática.

Mobilizações populares, vitórias eleitorais progressistas e iniciativas de integração regional continuam reafirmando o compromisso das sociedades latino-americanas com a democracia e a justiça social.

Internacionalismo, democracia e política externa

Desde sua fundação, o Partido dos Trabalhadores compreendeu que a luta pela democracia não se limita às fronteiras nacionais. A defesa da soberania dos povos e a solidariedade internacional sempre fizeram parte da identidade política do Partido.

O PT teve contribuição ativa na aprovação do Artigo 4º da Constituição Federal de 1988, que estabelece como fundamentos das relações internacionais do país a independência nacional, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao racismo e ao terrorismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Nesse sentido, para o PT, a política externa não é um campo isolado da política democrática. Ela constitui parte integrante do projeto de desenvolvimento nacional e de afirmação da soberania popular.

Por isso, hoje é necessário retomar os princípios de política externa brasileira, respeitados e muito bem articulados pelos mandatos do PT, porque a luta antifascista no século XXI exige reconhecer que a extrema-direita contemporânea opera cada vez mais como uma rede transnacional. Partidos, movimentos e lideranças autoritárias articulam-se internacionalmente, compartilham estratégias de mobilização e se apoiam mutuamente.

Esse fenômeno combina elementos tradicionais do autoritarismo com novas formas de atuação política, especialmente no ambiente digital. Campanhas de desinformação, guerra cultural e estratégias



I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

coordenadas de manipulação informacional tornaram-se instrumentos centrais para radicalizar segmentos da sociedade e enfraquecer a confiança nas instituições democráticas.

Expressões políticas como o trumpismo nos Estados Unidos, o bolsonarismo no Brasil, e de setores da extrema-direita europeia e latino-americana fazem parte desse ecossistema político internacional. Essas forças atuam como vetores de subordinação geopolítica. Embora utilizem um discurso nacionalista, suas agendas tendem a enfraquecer a soberania dos países, promovendo privatizações de recursos estratégicos, desmontando políticas industriais e sociais, subordinando decisões nacionais a interesses externos, utilizando, se necessário, a violência — como pudemos observar nos casos da Palestina e da Venezuela.

Por essa razão, a luta antifascista contemporânea está profundamente ligada à defesa da soberania nacional e da soberania popular.

A experiência brasileira recente

Nesse contexto, a experiência brasileira recente possui relevância particular. Após um período marcado por retrocessos em políticas sociais, alinhamento automático à agenda norte-americana e isolamento do restante do Sistema Internacional, o Brasil iniciou um processo de reconstrução democrática.

A eleição do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** representou não apenas a derrota eleitoral da extrema-direita, mas também a reafirmação do compromisso do país com a democracia, a inclusão social e a soberania nacional. No plano internacional, o governo Lula estabeleceu o mote “a volta do Brasil ao mundo e do mundo ao Brasil”, da política voltada ao fortalecimento do multilateralismo, da integração regional latino-americana e da cooperação entre países do Sul Global.

Nos últimos anos, o país exerceu papel relevante em três processos internacionais importantes. Na presidência do G20, lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, recolocando a questão da segurança alimentar no centro da agenda mundial. No âmbito do BRICS, fortaleceu mecanismos de cooperação entre países emergentes e ampliou os debates sobre reforma da governança global. Já na COP30, impulsionou iniciativas voltadas ao financiamento climático e à valorização das florestas tropicais.

Esses processos têm algo em comum: todos recolocam a soberania no centro do debate internacional — seja na forma de soberania alimentar, soberania climática, soberania financeira ou soberania tecnológica.

Multipolaridade e reforma da governança global

A transição em curso no sistema internacional abre novas possibilidades para a afirmação da soberania dos povos. O mundo caminha para uma configuração cada vez mais multipolar, com maior protagonismo de países do Sul Global.

Entretanto, a multipolaridade não representa automaticamente a democratização das relações internacionais. Para que ela contribua efetivamente para a construção de uma ordem global mais justa, será necessário promover reformas profundas nas instituições internacionais.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas precisa refletir melhor as realidades do século XXI. O sistema financeiro internacional precisa tornar-se mais representativo. O comércio internacional deve funcionar sem coerções unilaterais. A governança da inteligência artificial deve ser democrática. E o financiamento climático precisa reconhecer as responsabilidades históricas e as necessidades dos países em desenvolvimento.

Essas não são apenas agendas diplo-

máticas. São agendas profundamente políticas — e é por isso que os partidos políticos desempenham papel fundamental na mediação entre sociedade e política internacional.

Um novo internacionalismo antifascista

Diante desses desafios, a luta antifascista contemporânea exige um novo internacionalismo democrático. Assim como no passado, as forças progressistas se articularam internacionalmente para enfrentar o fascismo, hoje, torna-se necessário fortalecer redes de solidariedade política capazes de responder aos desafios de uma extrema-direita globalizada.

Isso implica ampliar a cooperação entre partidos progressistas, movimentos sociais, sindicatos, juventudes e intelectuais comprometidos com a defesa da democracia, da justiça social e da soberania dos povos.

A luta antifascista do século XXI não se limita à defesa das instituições democráticas existentes. Ela envolve também a construção de um novo horizonte político capaz de articular democracia, desenvolvimento e soberania em escala global. Em um mundo marcado por profundas transformações geopolíticas, defender a soberania dos povos significa garantir o direito ao desenvolvimento, à autodeterminação, à paz e à cooperação entre nações.

É nesse espírito que a **I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos** se apresenta como um espaço fundamental de diálogo, articulação e construção coletiva. Diante dos desafios de nosso tempo, reafirmar o antifascismo significa reafirmar o compromisso com um mundo democrático, solidário e verdadeiramente multipolar.

I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

O enfrentamento ao neofascismo no Brasil

Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil,



MONICA VALENTE

Diretora da Fundação Perseu Abramo do PT
Secretária Executiva do Foro de São Paulo

O fenômeno do crescimento da extrema-direita se situa em um contexto histórico mais amplo. Essa ascensão não é um acaso, mas resultado direto de uma crise profunda e longa do capitalismo, que se iniciou em 2008. A estagnação econômica e a falta de expectativas, frutos do modelo neoliberal, geraram um “sentimento antissistema” que tem sido capturado pela direita e pela ultradireita.

Essa análise ganha contornos ainda mais preocupantes se comparamos

o momento atual com o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo não se assombra da forma como está assombrado com a ascensão do fascismo.

Hoje, a principal liderança fascista mundial é o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump: sua postura expansionista, utilização das armas militares e da guerra como instrumento, perseguição a imigrantes, não aceitação do diferente, deportações em massa, transformação de outro país em uma espécie de campo de concentração como El Salvador.

Aqui no Brasil, hoje, a expressão mais

significativa do pensamento fascista é Jair Bolsonaro e sua família. Embora a condenação do ex-presidente pelo STF represente uma vitória do Estado democrático de direito, isso não significa que o fascismo tenha sido derrotado no Brasil.

A luta contra o neofascismo no Brasil tem se estruturado em múltiplos eixos que vão desde a resposta institucional e judicial até a mobilização popular nas ruas, passando pela disputa ideológica, pela implementação de políticas públicas que enfrentem as bases materiais que alimentam o discurso extremista e sem dúvida nenhuma terá na disputa eleitoral de 2026 um momento bastante importante.

A resposta institucional ao neofas-



I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

cismo através do sistema de Justiça e dos mecanismos legais de defesa da democracia constitui fato historicamente bastante relevante. A punição exemplar dos envolvidos em atos golpistas constitui um pilar fundamental dessa estratégia. A prisão de Jair Bolsonaro e de quatro generais por tentativa de golpe de Estado e planejamento de assassinato do presidente e vice-presidente representam um fato inédito na história do Brasil e uma importante vitória da democracia. O lema “SEM ANISTIA” tem sido vocalizado por movimentos sociais e populares, bem como por organizações políticas.

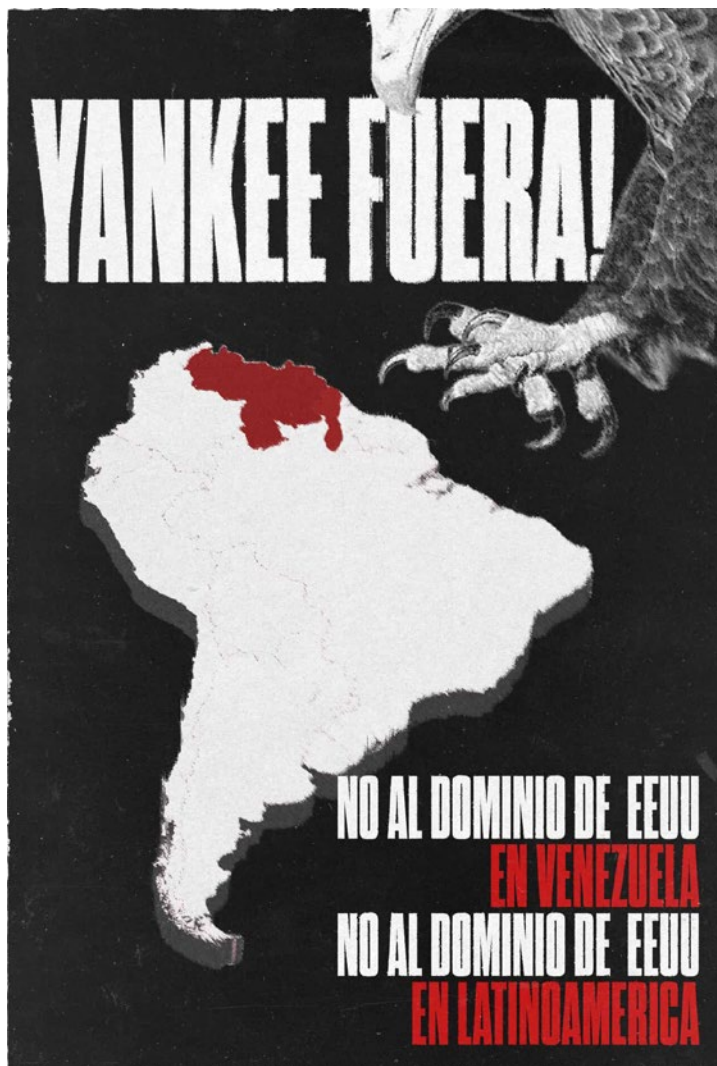
Porém, não é suficiente a luta institucional contra o neofascismo. A resistência nas ruas, nos espaços públicos, nos movimentos sociais deve constituir-se em um dos eixos mais tradicionais e vigorosos da luta antifascista. A batalha das ideias é o combustível necessário para a mobilização social contra o neofascismo: a luta contra o racismo, a misoginia, a intolerância, o machismo, o feminicídio, a exploração dos trabalhadores, a jornada 6 X 1.

O Brasil como “trincheira mundial” contra o fascismo

Neste ano de 2026, em função das eleições brasileiras e do papel relevante que o Brasil sob Lula vem desempenhando no cenário mundial, o Brasil vem se tornando uma das maiores trincheiras mundiais de enfrentamento ao fascismo.

A vitória eleitoral do presidente Lula em 2022 representou uma exceção extraordinária, como qualifica o professor José Luís Fiori. Também

ressaltamos a eleição de Gustavo Petro na Colômbia no mesmo ano de 2022, a postura combativa e corajosa da presidenta Claudia Sheinbaum no México, além da luta de resistência do governo venezuelano do presidente Maduro aos ataques estadunidenses até o sequestro do mesmo em 3 de janeiro de 2026, bem como a resistência do povo cubano e seu governo a mais de 60 anos de bloqueio econômico e cerco energético recente. No entanto, como dissemos acima, a ascensão de Trump ao governo estadunidense e suas políticas imperialistas colocam para o mundo e, em especial, à região latino-americana uma ameaça inusitada e extraordinária à soberania e à democracia em toda a região.



Luci

O governo no presidente Lula, desde 2023, vem reconstruindo as políticas públicas e a capacidade do Estado de ser um agente de desenvolvimento, além de fazer o enfrentamento ao neoliberalismo com a taxa BBB e a isenção do IR até 5 mil reais, e, recentemente, abraçando o fim da escala 6X1 e a redução da jornada de trabalho. Mas devemos reconhecer as imensas dificuldades advindas da atual correlação de forças no Congresso Nacional, do sequestro do orçamento nacional por meio das emendas parlamentares, da disseminação das fake news por meio das redes de ódio e intolerância da extrema-direita no país.

Pela importância econômica, geográfica e social do Brasil, as eleições deste ano em nosso país deverão ser tratadas pela esquerda e pelos progressistas como uma batalha essencial contra o fascismo. Recuperar totalmente a soberania apresentando um projeto de nação inovador, trazendo o Estado de volta à capacidade de ser um agente de desenvolvimento e de justiça social, construindo uma verdadeira estratégia de guerra à desigualdade e ao desencanto com a política, pode reunir as diversas frentes de luta contra o fascismo no processo da disputa política de 2026, mas não somente neste ano.

Nossa tarefa é monumental: fazer a esperança ganhar as mentes e corações da maioria do povo brasileiro. Como diz o professor Fiori, “se a batalha é grande para recapacitar o Estado e reaproximá-lo dos cidadãos, em última instância, a batalha contra o fascismo é a luta para reconquistar o imaginário e a esperança das pessoas no futuro”.

I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

Antifascismo & socialismo

VALTER POMAR

Diretor de Cooperação Internacional
da Fundação Perseu Abramo
Professor da Universidade Federal do ABC

Em tempos de guerra e ascensão da extrema-direita, coexistem nas esquerdas várias atitudes. Uma delas é se limitar a contrapor fascismo versus democracia. Um dos problemas desta opção é que, ao aceitar preservar o capitalismo em geral e o neoliberalismo em particular, mantêm-se vivas as condições objetivas para a continuidade e/ou para o ressurgimento do fascismo. Esse é um dos motivos que devem nos levar a articular a luta pela democracia com a luta pelo socialismo: o antifascismo consequente não é apenas anti-neoliberal, é também anticapitalista. Mas nesse caso cabem várias perguntas, como por exemplo: por quais caminhos o socialismo poderá triunfar no conjunto do mundo? Que lugar ocupa, nesses caminhos, a derrota do capitalismo nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão? E que lugar ocupam, nesse “mapa do caminho”, a África, a América Latina e o Brasil?

Obviamente, as questões formuladas anteriormente só poderão ser respondidas com absoluta certeza pelas gerações futuras. Hoje, o que podemos apresentar é uma “hipótese de trabalho”, a saber: uma vez que as revoluções socialistas ocorridas até agora, na periferia do capitalismo, não se demonstraram fatais para o capitalismo, decorre que a sobrevi-

vência do capitalismo nos países centrais constitui uma variável fundamental da resiliência do sistema como um todo.

O capitalismo viveu uma imensa crise na primeira metade do século XX. O conflito intercapitalista existente de 1914 a 1945 criou um ambiente catastrófico, relacionado ao qual ocorreram as duas grandes revoluções socialistas vitoriosas, a formação de um “campo socialista”, a descolonização, o desenvolvimentismo e o chamado “estado de bem-estar social”. Se estes processos resultantes da crise do capitalismo, por um lado, o ameaçaram e levaram à sua

superação parcial em algumas regiões do planeta, por outro lado, o levaram a produzir respostas que, ao fim e ao cabo, prolongaram sua existência. No plano geopolítico, uma das respostas principais foi subordinar os conflitos intercapitalistas ao objetivo comum de derrotar seu inimigo principal: a URSS enquanto inimiga geopolítica e a classe trabalhadora de todos os países enquanto “inimiga interna”.

Esta política teve êxito, ao menos no fundamental: nas quatro décadas que separam a fundação da República Popular da China (1949) da dissolução da URSS (1991), o que predominou não foi a expansão do socialismo, mas a sua contenção. A última grande revolução do século XX, ocorrida em 1979 no Irã, não foi socialista. E, a partir de 1989, começou o desmanche do campo socialista liderado pela União Soviética, abrindo um imenso espaço para a expansão dos negócios capitalistas no Leste Europeu e, a partir de 1991, também no território da extinta União Soviética. No mesmo período, aconteceu a expansão dos negócios capitalistas no território regulado pelo socialismo chinês, assim como nos espaços abertos pela crise dos “projetos” desenvolvimentistas, anticoloniais e social-democratas. Como resultado disso – depois de um século e meio de intensa luta pelo socialismo – em 2001, o capitalismo se encontrava mais universalizado e mais poderoso do que era em 1848, quando foi lançado o Manifesto Comunista.

The game is over? Não, pelo



"Palestina nunca morrerá". Cartaz de Josh Mayfield



I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

contrário. Paradoxalmente, o fato de o mundo ser mais capitalista hoje do que era no passado contribuiu para ampliar imensamente as contradições do capitalismo. O fato de a classe trabalhadora e de o socialismo serem mais fracos que antes tem levado o capitalismo a desprezar todos os “protocolos de segurança”. Como resultado, os tempos que vivemos hoje recordam os que antecederam a época de crises e guerras intercapitalistas ocorridas de 1914 a 1945. Cabe perguntar: além de tempos de crise e de guerra, serão também tempos de revolução? Revoluções não apenas na periferia, mas também nos países capitalistas centrais? Não apenas revoluções derrotadas, mas também revoluções vitoriosas?

A primeira e a segunda questões dependem, em primeiro lugar, do próprio capitalismo e dos capitalistas. Isto porque é o agravamento das condições objetivas e o comportamento das classes dominantes que empurram as sociedades para o caminho da revolução. A esse respeito, o que podemos dizer é que vivemos um período de instabilidade e deterioração crescentes, decorrente da luta incessante pela elevação da taxa de lucro, dos conflitos intercapitalistas, do declínio da potência hegemônica, da ascensão de outra potência, da crescente multipolaridade, da polarização social, política e ideológica, tudo isto combinado à catástrofe climática e à “ameaça existencial” da robótica e da IA contra a classe trabalhadora. Um contexto, portanto, propício a que ocorram grandes conflitos, rupturas e inclusive revoluções.

Apontar esta tendência não garante que ela se materialize. Por exemplo: é verdade que a crise é profunda nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, mas, ao final, pode seguir prevalecendo uma “saída pela direita”. Afinal, se nesse contexto a esquerda “erra na mão”, poderá seguir predominando, em amplos setores das classes trabalhadoras, uma adesão às

posições de extrema-direita. Nesse caso, a crise sistêmica pode resultar não em reformas estruturais ou em um novo ciclo de revoluções socialistas vitoriosas; pode resultar, ao contrário, em guerras e contrarrevoluções preventivas que levem à continuidade do capitalismo; ou mesmo em um cenário apocalíptico do tipo “destruição das classes em luta”.

E o que temos visto, nas últimas décadas, é que parte importante da esquerda está com dificuldades imensas de atuar no presente tempo de crises & guerras. Como em outras vezes na história, as “condições objetivas” parecem melhores do que as “condições subjetivas”. Além disso, a tendência é que as revoluções sigam sendo mais prováveis na periferia do que no centro do capitalismo, não apenas porque os mecanismos de contenção à disposição das classes dominantes são menores na periferia do mundo; mas também porque as classes trabalhadoras e as esquerdas têm mais radicalidade. Mas, como demonstram os acontecimentos recentes na Palestina ou na América Latina e Caribe, mesmo na periferia, as dificuldades são imensas e, às vezes, parecem intransponíveis.

Portanto, a dialética entre fatores objetivos e subjetivos – ou seja, a política com p maiúsculo – pode levar a outros cenários, por exemplo:

*a sobrevivência da humanidade tal como a conhecemos pode ser posta em questão, pela catástrofe climática, pela guerra ou por algum outro desfecho distópico;

*o capitalismo pode achar maneiras de continuar sobrevivendo às suas crises e aos que lutam por sua superação;

*o socialismo pode se estabelecer em alguns países e regiões do mundo, mas sem conseguir avançar além daí devido à existência de um capitalismo poderoso em outras regiões do mundo.

Isso tudo posto, o que deveria fazer a esquerda brasileira?

Até hoje, as tentativas feitas pela esquerda ou pelos somente progressistas no sentido de mudar a sociedade brasileira e o lugar do Brasil no mundo terminaram em derrotas relativas. Nossa independência política frente a Portugal não superou a dependência frente à Inglaterra e, depois, aos Estados Unidos. A escravidão foi “abolida”, mas as marcas da escravidão seguem entre nós. A República nasceu atravessada pelos militares e controlada pelo latifúndio. A industrialização não foi acompanhada de reforma agrária, nem tampouco de um “estado de bem-estar social”. A redemocratização foi contemporânea do neoliberalismo. E os governos de esquerda não implementaram, até agora, reformas estruturais.

Até mesmo a industrialização capitalista do Brasil, no passado, foi feita geralmente apesar de e muitas vezes contra setores expressivos da classe dominante. Hoje, quando precisamos de uma industrialização de novo tipo, não se pode nem se deve esperar nada dos capitalistas: ou o Estado assume o protagonismo, ou seguiremos sendo uma subpotência primário-exportadora, marcada pelo rentismo e pela dependência.

Se depender da classe dominante, especialmente de suas frações financeira, do agronegócio, da mineração e das transnacionais, nosso país continuará como sempre foi: dependência profunda, desigualdade abissal, democracia limitada, desenvolvimento parcial. A classe dominante não apenas lucra com o status quo, como sabe que perderia muito caso nosso país superasse a dependência e a desigualdade, caso se tornasse realmente democrático e desenvolvido. Façamos as contas: para mudar o lugar do Brasil no mundo, é preciso enfrentar o imperialismo; para enfrentar o imperialismo, é preciso contar com o apoio das classes trabalhadoras; para contar com as classes trabalhadoras, é preciso

I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

distribuir em alguma medida a propriedade, a riqueza e o poder; ao fazer isso, a classe dominante perderia mais do que aceitando a posição subalterna que hoje ocupa no mundo.

Por tudo isso, uma transformação estrutural do Brasil depende essencialmente da classe trabalhadora se tornar classe dirigente e dominante. Ou seja, se tivermos poder suficiente para mudar as estruturas da sociedade brasileira. Acontece que uma sociedade onde a classe trabalhadora detenha tal quantidade de poder terá se transformado em uma sociedade socialista. Pois a essência do socialismo é o controle do poder pelos que vivem do seu próprio trabalho. Noutras palavras: um Brasil soberano, democrático, com altos níveis de bem-estar e desenvolvimento será também um país socialista.

Como aconteceu no passado (em 1822 e nos anos 1930, por exemplo), é nos momentos de crise mundial que aumenta a possibilidade de o Brasil fazer transformações internas e mudar o seu lugar no mundo. A atual crise sistêmica, em particular a disputa entre EUA e China, abre uma “janela” que o Brasil pode e deve aproveitar para mudar sua sociedade e seu lugar no mundo. Essa “janela” não ficará aberta para sempre. Se não aproveitarmos a oportunidade, não importa quem venha no futuro a hegemonizar o mundo, seguiremos dependentes. E nossa dependência seguirá produzindo desigualdade, a desigualdade seguirá constrengendo as liberdades democráticas, o conjunto da obra seguirá limitando nosso desenvolvimento. Por outro lado, caso tenhamos êxito na luta em favor dos objetivos históricos das classes trabalhadoras, isto alterará significativamente a correlação de forças mundial entre socialismo e capitalismo.

Alguns setores da esquerda brasileira parecem acreditar que “poder” é igual a “governo”. Mas a experiência que tive-

mos desde 1980, especialmente a partir de 2003, particularmente em 2016, mas também analisando nossa situação a partir de 2023, demonstra sem margem à dúvida que governos têm poder, mas não concentram todo o poder.

O poder segue nas mãos da classe capitalista, advindo do controle dos meios de produção, do controle da maior parte das instituições de Estado (inclusive onde o governo está nas mãos da esquerda), do controle de uma rede de instituições privadas, do apoio internacional e, também, da força da inércia, do “sempre foi assim e sempre será”.

Para que as classes trabalhadoras venham algum dia a deter o poder, é preciso, em primeiro lugar, ampliar a propriedade coletiva, estatal, pública dos meios de produção. Fazer a reforma agrária e urbana. Impor limites ao poder dos capitalistas sobre suas empresas e, também, sobre seus recursos financeiros. O sistema financeiro, em particular, precisa estar sob controle do Estado, não de um oligopólio privado. Só desta forma poderemos industrializar o país, uma industrialização de novo tipo, que nos converta em uma das grandes “oficinas e laboratórios” do mundo.

É preciso, em segundo lugar, ampliar a presença da classe trabalhadora nas instituições de Estado. Mas, com base nas regras atuais, não há como ampliar suficientemente nossa presença na chamada institucionalidade; para isso, é preciso construir uma nova institucionalidade, um Estado de novo tipo. Não apenas uma reforma eleitoral ou política, mas uma profunda “reforma revolucionária” do Estado. Sem isso, as classes trabalhadoras nunca terão o controle dos Parlamentos, dos Executivos, do Judiciário, das Forças Armadas e das Polícias, muito menos de “agências” como o Banco Central.

É preciso, ainda, construir uma rede de instituições privadas comprometidas

com o trabalho na sua luta contra o capital: meios de comunicação, cultura, esportes e educação a serviço da humanidade, não a serviço dos capitalistas. Acima de tudo, é preciso fortalecer as organizações típicas das próprias classes trabalhadoras: os sindicatos, os movimentos, os partidos de esquerda. Sem auto-organização das classes trabalhadoras, não se conquistará o espaço possível de conquistar na atual institucionalidade, nem se criará uma nova institucionalidade, nem se manterá sob controle a nova institucionalidade que vier a ser criada.

É preciso, também, construir uma rede de apoio internacional, particularmente na América Latina e Caribe. Quanto mais ocupado estiver o imperialismo, mais difícil será para ele concentrar toda a sua energia contra uma determinada sociedade. A derrota imposta à Venezuela e o cerco contra Cuba estão relacionadas ao enfraquecimento da integração regional.

Finalmente, é preciso contrapor à inércia do “sempre foi assim e sempre será” uma cultura de massas estruturada em torno da ideia de que outro mundo é possível, urgente e necessário. Não haverá socialismo, nem transformação estrutural, sem que haja um elan revolucionário em uma parte importante da classe trabalhadora. Isso implica em difundir valores democráticos, populares, ambientais, nacionais, integracionistas, internacionalistas, feministas, laicos, contrários a todo tipo de racismo, intolerância e preconceito. Criar uma cultura cívica socialista de massas é condição necessária para combater a ideologia fascista e as teologias neoliberais.

Embora muitas vezes não pareça ser assim, uma das principais características do ser humano é pensar antes de agir, ou seja, prefigurar na sua mente os atos que vai realizar. Isso que vale para um ser humano individual também vale



I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANTIFASCISTA

para as organizações e para as grandes massas, ainda que nestes casos o processo seja mais complexo e envolva outras variáveis. Para que se construa na prática uma nova sociedade, é preciso que dezenas de milhões de pessoas pensem e sonhem a respeito disso.

Não é por coincidência que a extrema-direita emerge com força nos momentos de profunda crise do capitalismo quando parte das classes trabalhadoras estão despertando para a necessidade de “virar o mundo de ponta-cabeça”. Nesse ambiente, a extrema-direita busca se apropriar da insatisfação que os trabalhadores têm contra o “sistema” e tenta converter esta insatisfação em raiva contra outros trabalhadores (as vítimas geralmente são os migrantes, os negros e negras, as mulheres, os lgbt’s, os trabalhadores de esquerda).

Se a esquerda não disputar a insatisfação e a raiva que nossas classes trabalhadoras têm do “sistema”, se a esquerda não for a campeã da luta contra o status quo, se a esquerda abrir mão de defender a revolução, a ruptura, as reformas estruturais, abriremos caminho para o crescimento da extrema-direita. E não se trata, apenas, de uma questão circunscrita à batalha cultural, ideológica, de visões de mundo. Trata-se de algo com efeitos políticos imediatos. Afinal, os objetivos estratégicos da extrema-direita e de boa parte da direita tradicional brasileiras são funcionais ao imperialismo estadunidense, europeu e japonês, à medida que perpetuam nossa condição primário-exportadora e submetida ao capital financeiro.

Por tudo que foi dito anteriormente, vivemos no momento mais propício para fazer mudanças estruturais no Brasil e para mudar o lugar do Brasil. Quando

o capitalismo funciona bem, a chance de mudanças radicais é muito menor. Se e quando esta “janela de oportunidade” fechar, as chances de uma mudança estrutural no Brasil se reduzirão brutalmente por um tempo mais ou menos longo. Aliás, a depender das condições em que a “janela” se feche, nossas condições podem se tornar relativamente piores do que as atuais; por exemplo, se uma derrota mundo afora obrigar os Estados Unidos a concentrar sobre Nuestra América toda a força hoje espalhada pelos quatro cantos do planeta.

Portanto, um dos grandes desafios da classe trabalhadora brasileira é aproveitar a atual “janela” histórica, reunindo a vontade e as forças necessárias para começar a solucionar nossas contradições estruturais através de medidas como a adoção de uma política de desenvolvimento acelerado, com industrialização e alta tecnologia; a proteção efetiva da

nossa soberania política e material; a democratização profunda do conjunto dos ambientes e instituições políticas; e a ampliação em escala geométrica do bem estar da maioria da população. De conjunto, estas medidas podem fazer o Brasil se tornar um dos polos do mundo, dando uma enorme contribuição não apenas para a maioria das gerações presentes e futuras do povo brasileiro, mas também para a luta pelo socialismo em escala mundial.

O companheiro David Capistrano Filho, no seu último discurso público, feito em 2000, disse que não cabe pensar em “longo prazo” nas questões de saúde, é preciso ter pressa, pois, do contrário, as pessoas morrem. Pois bem: podemos dizer que a saúde do mundo e da humanidade também exige pressa. O capitalismo não é eterno. Mas se a humanidade não acabar com o capitalismo, o capitalismo seguirá acabando com a humanidade; vide a catástrofe climática, a fome, as guerras, a pandemia de sofrimento mental, assim como o uso capitalista da robótica e da chamada Inteligência Artificial, sem falar no fascismo.

Acontece que grande parte da esquerda está tomada pelo pessimismo da vontade, em parte, por descrença em nossas possibilidades coletivas. Para mudar essa atitude, devemos mais uma vez mobilizar a nosso favor o otimismo da razão, num certo sentido invertendo o famoso raciocínio do grande comunista Antonio Gramsci acerca do “otimismo da vontade” e do “pessimismo da razão”. Ou, numa versão livre da famosa música Primavera nos Dentes, “quem tem consciência para ter coragem, quem tem a força de saber que existe, no centro da própria engrenagem inventa a contramola que resiste”.



Ivan Lira